

**PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.329.622 - RJ
(2018/0179247-2)**

RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
REQUERENTE : CASAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADOS : ROBERTA BORTOT CESAR E OUTRO(S) - SP258573
LARA BARBOSA DA FONSECA - ES023848
LEONARDO FOLHA DE SOUZA LIMA - ES015327
REQUERIDO : FAZENDA NACIONAL

DESPACHO

Em petição de fls. 950/957e, a parte requerente afirma o seguinte:

"Nos termos do v. acórdão, 'a comprovação de eventual equívoco de certidão de publicação do aresto recorrido deve ser realizada por meio de documento idôneo, dotado de fé pública, não sendo admissível que se faça mediante páginas extraídas da internet'.

Desta forma, a Recorrente diligenciou junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, e este promoveu a expedição de certidão retificando as datas de disponibilização e publicação do acórdão de fls. 817/818 dos autos eletrônicos, a fim de corrigir o erro material constante na certidão por eles expedida às fls. 819.

Na errônea certidão expedida pelo TRF da 2ª Região, constava como data da publicação do acórdão o dia 09.12.2016 (sexta-feira) quando, na verdade, esta foi a data de sua disponibilização, sendo publicado no dia 12.12.2016 (segunda-feira), primeiro dia útil subsequente.

A r. certidão levou à equivocada conclusão de intempestividade da interposição do REsp, razão pela qual, consequentemente, o Agravo para o destrancamento de seu trâmite não foi conhecido.

Conforme consta da certidão retificadora em anexo, o acórdão publicado em 12.12.2016, o termo inicial para a contagem do prazo para interposição do Recurso Especial iniciou-se em 13.12.2016.

Em razão da suspensão dos prazos processuais entre os dias 20 de Dezembro e 20 de Janeiro, determinada pelo artigo 220 do Código de Processo Civil/2015, o termo final para interposição de Recurso Especial findou-se em 03.02.2017, data do fatídico protocolo do recurso, conforme fls. 823 dos autos eletrônicos, isso sem considerar o feriado nacional de carnaval.

Diante do exposto, em cumprimento à exigência do C. Superior Tribunal de Justiça, a Requerente colaciona aos autos, através da presente petição, certidão emitida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, retificando as datas de disponibilização e publicação do acórdão de fls. 817/818" (fls. 951/952e).

Ao final, requer, "diante da comprovada tempestividade na interposição do

Recurso Especial, requer o prosseguimento do Agravo de destrancamento do mesmo, bem como o seu conhecimento e conseqüente provimento, para que o Recurso Especial tenha o seu tramite admitido por este C. Superior Tribunal de Justiça" (fl. 952e).

Sem razão, entretanto.

Isso porque, no dia 11/12/2018 houve o julgamento, pela Segunda Turma deste Tribunal, do Agravo interno interposto, com publicação do acórdão em 17/12/2018, cujo teor é o seguinte:

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. INTEMPESTIVIDADE. ALEGAÇÃO DE ERRO MATERIAL NA CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO, POR DOCUMENTO IDÔNEO, NO ATO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão monocrática publicada em 17/08/2018, que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na sessão realizada em 09/03/2016, em homenagem ao princípio *tempus regit actum* inerente aos comandos processuais, o Plenário do STJ sedimentou o entendimento de que a lei a reger o recurso cabível e a forma de sua interposição é aquela vigente à data da publicação da decisão impugnada, ocasião em que o sucumbente tem a ciência exata dos fundamentos do provimento jurisdicional que pretende combater. Tal compreensão restou sumariada no Enunciado Administrativo 3/STJ ('Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC'). No caso, o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015, devendo, portanto, à luz do aludido diploma processual, ser analisados os requisitos de sua admissibilidade.

III. Conforme certidão constante dos autos, o acórdão recorrido foi disponibilizado em 07/12/2016, quarta-feira, considerando-se publicado em 09/12/2016, sexta-feira – na vigência do CPC/2015 –, sendo o Recurso Especial interposto somente em 03/02/2017, sexta-feira, após o transcurso do prazo recursal de 15 dias úteis, ocorrido em 02/02/2017, quinta-feira.

IV. Na forma da jurisprudência desta Corte, 'a comprovação de eventual equívoco de certidão de publicação do aresto recorrido deve ser realizada por meio de documento idôneo, dotado de fé pública, não sendo admissível que se faça mediante páginas extraídas da internet' (STJ, AgInt no AREsp 838.253/SP, Rel. Ministro OG

FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/06/2017), tal como ocorreu *in casu*. No mesmo sentido: STJ, AgInt nos EDcl no AREsp 886.580/PA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 05/04/2018; AgInt no AREsp 916.767/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 07/08/2017; AgInt no AREsp 958.832/MS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 07/12/2016;

AgInt no AREsp 931.025/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 04/11/2016.

V. Agravo interno improvido" (fls. 938/939e).

Assim, considerando o julgamento do Agravo interno interposto pela parte ora requerente, mantendo-se o **decisum** que não conheceu do Recurso Especial, em razão da sua intempestividade, nada há a deferir, pois já exaurida a jurisdição desta Corte para o presente feito.

Ante o exposto, indefiro o pedido.

I.

Brasília/DF, 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora